



A HISTÓRIA DAS ÁFRICAS SOB A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO DO CURSO DE HISTÓRIA DA UDESC (2000-2015)

THE HISTORY OF AFRICANS UNDER THE PERSPECTIVE OF INITIAL TEACHER TRAINING: AN ANALYSIS OF THE STAGE REPORTS OF THE UDESC HISTORY COURSE (2000-2015)

Maíra Pires Andrade¹

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar quais são as representações sobre a História das Áfricas e das populações de origem africanas que são apropriadas e expressas pelos estudantes do Curso de graduação em História da UDESC na condição de estagiários na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado. Para o alcance desses objetivos, utilizarei como fonte histórica os Relatórios finais de estágio da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado da UDESC, selecionando uma amostragem de 25 relatórios a partir do recorte temporal de 2000 a 2015. Como aporte teórico usarei autores como Fanon, Quijano e Mbembe para pensar a colonialidade e o racismo na atualidade e Hall para mobilizar o conceito de representação. Atentarei também nos relatórios executados depois da implementação da Lei 10.639/03 nas novas posturas, conteúdos e categorias que a partir deste marco passam a ser inseridos no Ensino de História.²

Palavras Chaves: História da África, Lei 10.639/03, Racismo.

Abstract: This research aims to investigate the representations on the History of Africa and African populations of origin that are appropriate and expressed by the undergraduate students in History of UDESC as trainees in the subject of Supervised Curricular Internship. In order to reach these objectives, I will use as a historical source the final reports of the internship of the subject of Supervised Curricular Internship of UDESC, selecting a sample of 25 reports from the time cut from 2000 to 2015. As a theoretical contribution I will use authors such as Fanon, Quijano and Mbembe to think about coloniality and racism today and Hall to mobilize the concept of representation. I will also focus on the reports executed after the implementation of Law 10.639 / 03 in the new positions, contents and categories that from this milestone begin to be inserted in Teaching History.

Key Words: History of Africa, Law 10.639 / 03, Racism.

1 Mestrado e Graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua como Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB).

E-mail: mairaandrdep29@gmail.com

2 Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado "Qual África? A história das Áfricas e as práticas de ensino na UDESC (2000-2015)".

Este artigo, recorte de uma dissertação de mestrado, investiga as representações sobre a História Africana e Afro brasileira expressas pelos estudantes de Graduação em História da UDESC, durante a disciplina de Estágio Supervisionado, na condição de estagiários na Educação Básica, que ressoaram nos Relatórios finais dessa disciplina entre os anos 2000 até 2015. Para o alcance desses objetivos, utilizei como fonte histórica os Relatórios finais de estágio da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado da UDESC, selecionando uma amostragem de 24 relatórios.

Estes relatórios apresentam toda a trajetória do estágio docente na Educação Básica, a estrutura destes pode ser descrita da seguinte maneira: introdução com apresentação do campo de estágio e a temática escolhida; artigos escritos individualmente por cada estagiário do grupo, abordando algum aspecto específico de suas aulas; projeto de execução das aulas; planos de aula; modo de avaliação, materiais de apoio, aporte teórico para as aulas e atividades feitas no decorrer do estágio.

Estes documentos, compreendidos dentro de uma gama de documentos escolares, possibilitam perceber diferentes modos pelos quais estes estagiários atribuíam legitimidade e significado a um espaço, conhecimento e também às práticas enquanto docentes. Assim, tais produções materiais se tornam síntese escrita da trajetória de múltiplos indivíduos, de lugares sociais e de sensibilidades distintas, fornecendo indícios da prática docente e também discente, assim como ações e posicionamentos em relação às práticas cotidianas e o saber histórico (SILVA, 2016). Nessa direção, as análises permitem identificar as potencialidades do estágio, configurando não apenas relatos e impressões dos estagiários, mas também representações sobre o ensino de História e a própria prática docente, pois, como todo documento escrito, estes conformam representações, elaborados a partir de referenciais e conceitos que variam ao longo do tempo, de acordo com o lugar social de cada autor (OLIVA, 2007).

Para a escolha dos relatórios, a metodologia empregada foi pesquisar em cada um, quantas vezes e em quais contextos de conteúdo, apareciam as palavras *África, africano e negro*. A partir disso, selecionei 24 relatórios que evidenciaram como a história das Áfricas é mobilizada, mas também utilizei aqueles que não se referiam em nenhum momento à temática, permitindo refletir sobre as ausências. Em suma, num primeiro momento, realizei uma sondagem em todos os relatórios disponíveis em cada ano.

Mas por que pesquisar especificamente estas palavras: *África*, *africano* e *negro*? O que elas podem dizer? Mbembe (2014) é contundente ao afirmar que os conceitos *África* e *Negro* estão intimamente relacionados por uma ligação de coprodução, ou seja, falar de um é automaticamente falar de outro, pois ambos compartilham os mesmos sistemas de significação no nosso imaginário. Mbembe (2014, p.73) não afirma que um seja sinônimo do outro, pois, nem todo africano é negro e nem todo negro é africano, mas, “se África tem um corpo e se ela é um corpo, um isto, é o Negro que o concebe, pouco importa onde ele se encontra no mundo”. Estes dois conceitos e suas derivações, como objetos de um discurso e do conhecimento, se encontram desde o início do período chamado moderno, numa profunda crise de representação. Estes termos - *África*, *africano* e *negro* -, ganharam forças próprias e a palavra acaba por dizer pouco sobre o mundo concreto.

O autor atribui esta repercussão aos liames conflituosos que a lei da raça como elemento constitutivo da sociedade causou, da era moderna até o presente. O conceito de raça, pautado nos argumentos de Mbembe (2014), é eficaz para a compreensão de como determinadas representações acerca da África, do africano e de seus descendentes foram construídas e são reforçadas na atualidade. Torna-se imprescindível, portanto, nesta pesquisa, identificar em quais contextos estes termos foram utilizados por estagiários e estudantes, a fim de perceber se ainda estão vinculados a uma crise de representação, se houve avanços ou retrocessos, ou se estamos ainda estagnados nas dicotomias que fazem tais termos serem esvaziados e os tornam não-dito.

Quem somos? De onde viemos e para onde vamos? Munanga (1996), afirma a importância de entender essas questões que, embora surjam como simples, transcendem uma grande complexidade, pois fazem referência à composição étnico-cultural de cada povo, às suas origens e aos problemas enfrentados pela sociedade. Nesses termos, trazem para o debate a questão de diversidade e do reconhecimento das diferenças, elementos que envolvem uma reeducação das relações étnico-raciais e nos direcionam ao conhecimento das múltiplas histórias, entre elas a história das Áfricas.

Nessa perspectiva, a instituição escolar emerge como um local fundamental para exercício deste debate, onde os professores, cumprindo com o seu papel de educadores, devem construir estratégias para a igualdade racial e principalmente, o não silenciamento das

discriminações raciais que aparecem no dia a dia. O conhecimento e o reconhecimento sobre a história das Áfricas e das populações de origem africana, a denúncia do racismo e das estratégias de invisibilização históricas, a desconstrução de estereótipos, a mobilização de outros lugares de produção de conhecimento, o combate ao eurocentrismo e o rompimento com o mito da democracia racial, tornam-se urgentes no ensino de História, para além de todas as relações cotidianas. Estas dimensões compõem os relatórios aqui analisados, ao longo do recorte temporal estabelecido, seja a partir de uma perspectiva positiva, como a valorização destas populações, ou a partir de uma perspectiva a ser questionada, como por exemplo, a adesão ao eurocentrismo nas metodologias em sala de aula.

Desse modo, nenhuma ruptura foi percebida na abordagem dos relatórios, no entanto, principalmente a partir dos anos de 2007, momento em que os debates em torno da Lei Federal nº 10.639/03 emergem com mais frequência, os relatórios ressoam estas dimensões positivamente, de modo gradual e a passos curtos. Ainda assim, determinadas metodologias, alinhadas a mudanças, em alguns trechos dos relatórios antes de 2007, situam perspectivas e avanços.

A escola não está sozinha nessa empreitada, pois, existem e existiram diversos outros movimentos, grupos e práticas, que desde o pós-Abolição, também desenvolveram ações voltadas para as populações afrodescendentes, atuando em diversas frentes: nas comunidades, no espaço acadêmico, no espaço escolar, na constituição de legislações como a Lei e as *Diretrizes* (BRASIL, 2004), na criação de clubes e associações, núcleos de estudos vinculados à academia, coletivos vinculados ao movimento negro e uma substancial produção de conhecimento por parte de intelectuais. Há muito tempo, diferentes atores contribuem para o avanço desse debate, reivindicando demandas, como a reformulação curricular e a inclusão dos afrodescendentes na educação de modo igualitário.

É importante a reflexão sobre a trajetória, entre avanços e recuos, dos movimentos sociais, como o movimento negro, em busca de um reconhecimento da história e dos direitos civis das suas populações, tornando a questão étnico-racial aglutinadora destas demandas. No que diz respeito à disciplina de História na educação básica, sabemos que ela não anda sozinha, mas que possui forte diálogo com a História acadêmica, a historiografia, os movimentos sociais e as próprias legislações. Todos estes elementos dimensionam, ao longo dos anos, o

ensino e alguns destes elementos causaram mudanças mais visíveis, outros são visíveis apenas se ampliarmos a escala. Se a efervescência dos movimentos sociais em busca de uma mudança no espaço escolar e na estrutura curricular é uma solicitação antiga, no âmbito da disciplina de História, só podemos observar estas mudanças mais recentemente, a partir da década de 1990, a partir de pequenas alterações direcionadas a inclusão desta.

Nesse sentido, percebo a atuação da colonialidade e do racismo, pois não faltaram reivindicações, projetos de leis e ações dos movimentos, visando à inclusão da temática africana e afro-brasileira no espaço escolar. Como constatado nas análises dos relatórios, num recorte de 15 anos, conteúdos e formas de abordagem não passaram por mudanças grandiosas, mas independente da demora para ocorrer estas transformações, ou dos obstáculos proporcionados pelo racismo, considero substancial valorizarmos cada passo adiante, pois estes foram fruto de anos de lutas dos movimentos sociais e, nesse sentido, significam conquistas. Saliento que as transformações na escrita da História não são expressas por rupturas, mas pela ascensão de novos pensamentos, ao mesmo tempo que vemos resquícios da permanência de pensamentos enraizados nas teorias do passado, conforme os relatórios aqui analisados.

Entre 2000 à 2006, os 10 relatórios analisados, foram divididos em três grupos, de acordo com a temática central das aulas: imigração e modernização (grupo 1³), ditadura militar e guerra fria (grupo 2⁴) e escravidão (grupo 3⁵). No primeiro grupo, a explicitação da branquitude se apresenta pela temática e os sujeitos históricos privilegiados para os conteúdos, os imigrantes europeus. A participação dos afrodescendentes na construção do Brasil e de Santa Catarina é tratada apenas como *meros*

3 O grupo 1 era formado pelos seguintes relatórios: “A música: cantigas e histórias da ilha”, “Imigração e Colonização”, “República em Santa Catarina: modernidade e exclusão – ações e reações que transformaram as estruturas sociais, políticas e econômicas entre o fim do século XIX e início do século XX”, “A revolução industrial e a inserção de Florianópolis na modernidade.”

4 Grupo dois: “À ditadura, aquele abraço”; “As experiências da docência: novas perspectivas sobre o ensino de história”; e, novamente o relatório “A Guerra Fria e a Ditadura Militar no Brasil: em busca de uma história em movimento”. Estes, juntos, somam-se ao relatório do conjunto 1, denominado “República em Santa Catarina: modernidade e exclusão – ações e reações que transformaram as estruturas sociais, políticas e econômicas entre o fim do século XIX e início do século XX”.

5 Grupo três: “Relatório de Estágio”; “Violência hoje e suas raízes sociais no período colonial”; “Escravos, alemães, subversivos na ditadura e moradores de favela durante os séculos XIX e XX da história do Brasil e de Santa Catarina”.

contribuintes, ao lado oposto dos imigrantes europeus, os *construtores da nossa história*.

No grupo 2, ampliando as lentes para pensar como a história das Áfricas é encaixada no currículo, percebo como esta é esquecida ou mencionada em segundo plano, demonstrando a falta de sensibilidade dos grupos de estagiários, mesmo quando o foco não é a África ou os afrodescendentes. O conteúdo de história da África surge em um dos planos de ensino apenas no campo teórico, mas no dia da execução da aula, o conteúdo foi negligenciado. Ou ainda, quando os estudantes da educação básica lembraram a África e explicitaram a vontade de aprender sobre, se referiram a uma África imersa e congelada no passado, por meio das grandiosidades do Egito antigo.

A representação de afrodescendentes e africanos como indivíduos sem agência histórica foi marcante neste grupo, delegando ao europeu a capacidade de contar a história dos africanos, como quando a descolonização da África foi explicada apenas pela ação europeia. Deste modo, é possível perceber, nos diferentes relatórios, a emergência, mesmo que implícita, do racismo existente na sociedade que, atrelado às relações de poder, definem currículos, conteúdos e abordagens utilizadas no espaço escolar.

No grupo 3, a partir da temática da escravidão, a violência emerge como linha norteadora dos relatórios. Dentro desse grupo, 2 relatórios destacaram diretamente o continente africano, um deles, a partir de uma visão homogênea, tratou das religiões, da oralidade e da ancestralidade⁶, algo que se destacou entre os demais relatórios. Entretanto, seu objetivo não era o estudo do continente, mas da escravidão, algo mais fundamental, na visão do relatório.

Em suma, evidenciei entre os anos 2000 a 2006, que a história das Áfricas, quando não ausente, seja pelo desinteresse dos estudantes em conhecer a temática ou pela falta de preparo dos estagiários, surge a partir do seu significado e sentido para a escravidão. No que diz respeito à valorização dos afrodescendentes e do seu papel como agentes históricos na construção do Brasil, demanda reivindicada ao longo do tempo pelos movimentos sociais e que também emerge na LDB, os relatórios analisados exprimem a branquitude presente em nossas relações, ao colocarem a atuação dos afrodescendentes em menor escala em relação aos brancos. De mesmo modo, observei na abordagem

6 Relatório de autoria de Poluceno, Martino e Lazzaris (2001).

direcionada à disciplina de História, o uso de categorias sustentadas pela epistemologia eurocêntrica, sem a devida reflexão, o que corrobora com o olhar opressor à história das populações de origem africana, indicativo da necessária descolonização epistemológica.

Com este panorama de análise realizada até 2006, situei como o campo da História é subjetivo e permite diversas interpretações, enfoques e abordagens, muitas vezes contraditórias e equivocadas, no entanto, são reflexo das diversas dimensões que envolvem a produção de conhecimento. Sobre isso, Carlos Moore (2008) aponta que esta temática, a história africana, situa-se em lugar privilegiado para a produção de saberes e ideias pautados no racismo, dentre as suas diversas faces.

Moore (2008) afirma que, para uma efetiva mudança nas bases do ensino de História e na atuação docente, é necessário a junção de diversos fatores, entre eles destaco: sensibilidade e empatia com a experiência histórica dos povos africanos, renovação, atualização e descolonização dos conhecimentos e a existência de uma interdisciplinaridade que cruze os diferentes horizontes do conhecimento. Estes pontos podem ser vistos em menor ou maior medida nos relatórios, sendo que muitas vezes não aparecem, o que possibilita pensar as dificuldades de implementação da história das Áfricas, seja no âmbito acadêmico ou escolar, já que, por exemplo, o ensino continua a ser dividido nesses dois âmbitos, pela divisão quadripartite e eurocêntrica. Entretanto, é possível notar, através das ementas das disciplinas de história da África no curso de História da UDESC, a utilização de referências pautadas numa nova perspectiva de produção de conhecimento, elemento refletido nos relatórios, principalmente a partir de 2011, quando mobilizam em suas bibliografias para as aulas, estas referências.

Nas análises realizadas no recorte entre 2007 e 2015 evidenciei algumas mudanças, para além da inclusão de conteúdos, destacando mudanças de posturas e de olhares. Estas mudanças são pontuais e só foi possível percebê-las, por meio das repetições destas práticas especificadas nos relatórios, entretanto, não podemos afirmar a existência de uma ruptura, mas a sobreposição de diferentes estratos de reflexão, permitindo averiguar avanços e retrocessos, muitas vezes, simultaneamente.

Nesse panorama, os relatórios a partir de 2007 abordam o continente africano sob perspectiva plural e heterogênea. Dentro da

importância de compreender a diversidade do continente africano, o conhecimento das concepções de oralidade e ancestralidade emergiram como pontos primordiais a serem estudados. Do mesmo modo, percebi a mobilização de referenciais e fontes oriundas do pensamento africano, dimensão não apreendida nos relatórios anteriores a 2007. Além disso, contrariando as permanências do mito da democracia racial, os estagiários começaram a colocar em evidência a existência do racismo.

Em minha concepção, as *Diretrizes* (BRASIL, 2004) influenciaram na escolha metodológica e de conteúdo dos estagiários, não necessariamente de forma direta, mas inclusive em alguns relatórios, os estagiários foram além do proposto em lei, tomando-a como ponto de partida ou justificativa para a sua prática em sala de aula. Ou seja, a Lei e as *Diretrizes* (BRASIL, 2004), apesar de terem limites, estimularam a reflexão dos estagiários, permitindo uma gama de possibilidades e de experiências, antes não vislumbradas como importantes no espaço escolar. Como, por exemplo, a abordagem das tradições de oralidade e ancestralidade ou das religiões de matriz africana.

Ainda assim, alguns relatórios enfatizaram noções voltadas a uma perspectiva que desumaniza os afrodescendentes, com isso, percebo que a principal permanência nestes documentos, foi a narrativa da escravidão como lugar central para pensar os afrodescendentes e a dificuldade em pensar as Áfricas por elas mesmas, sem relação com o período da escravidão no Brasil, um dos obstáculos a ser superado. Destaco que o problema não é tratar da escravidão, mas sim a forma de abordagem dada a este conteúdo, que muitas vezes retira a humanidade dos afrodescendentes ou reforça a centralidade da condição jurídica do escravo como único elemento de sua história.

De igual modo, chamo a atenção, que não há problema em ensinar a história da África apenas em sua relação com o Brasil, em especial a história afro-brasileira. Até porque, conforme Silva (2003), a história das Áfricas possui diversas dimensões e conexões, que interligam este continente a todos os outros, ou seja, não podemos estudá-lo isoladamente. Mas ressalto que há uma carência nestes relatórios, de aulas sobre a história do continente africano de modo específico, compreendendo dinâmicas internas, para além da sua relação com a escravidão e com o colonialismo.

Afirmo que o caminho não é a simples introdução de conteúdos, embora seja fundamental incluir e reconhecer a existência da história das Áfricas e de seus povos, mas é necessário superar o

eurocentrismo, o racismo e a colonialidade na forma como estes conteúdos são abordados, nos aportes teóricos e na maneira como interpretamos o mundo. O desafio é proporcionar um ensino de História que não dicotomize, nem idealize a história das diferentes Áfricas, mas que compreenda dinâmicas internas e externas, apreendendo relações entre o passado e o presente.

Neste espectro, torna-se urgente os *Estudos Africanos*, tanto na escola como na universidade, com a finalidade de desfazer estereótipos e deslocar o olhar para outras formas de vivências e de produção de conhecimento, configurando assim, um ponto alternativo que coloque a África como centro de sua própria história. Em consonância a isto, faz-se preponderante atentar às múltiplas histórias africanas, embasadas numa teia multicêntrica e cruzada pelos sujeitos que também são múltiplos, como a história da África no Brasil (AZEVEDO, 2016).

Sobre a Lei Federal nº 10.639/03 e as *Diretrizes* (BRASIL, 2004), argumento que, os impactos destas, não foram percebidos apenas de forma direta, prescrita, mas também no campo do debate, suscitando discussões em vários *locus* refletidos nos relatórios. Este impacto, ainda não é grandioso, a considerar a densidade das orientações destas normativas e também o tempo que já passou desde a sua implementação e desde as lutas mais antigas do movimento negro.

Então, estas normativas não contribuíram em nada? Muito pelo contrário, afirmo a importância destas regulamentações que, mesmo com diversos problemas, limites e dificuldades, estimularam e motivaram o debate e a reflexão sobre a questão racial e africana. Contudo, a prática desta legislação, ainda depende da atuação pessoal de cada docente, de cada estagiário e de cada estudante, variando de acordo com o arcabouço teórico, com a sensibilidade e com a interpretação de cada um. Por este motivo, os relatórios não conformam um grupo homogêneo, mas isto não impossibilitou constatar avanços e embates.

Nessa conjuntura, pondero que, mesmo com a implementação desta normativa, o ensino de história das Áfricas ainda possui obstáculos e equívocos, logo, como seria este ensino sem a legislação? Diante disso, é imprescindível explicitar a visibilidade que esta legislação possibilitou à temática das Áfricas. Como vimos na escolha de conteúdo dos relatórios, somente nos últimos anos do recorte temporal estabelecido, observa-se a história do continente africano como elemento central das aulas.

Assim, esta pesquisa contribui para pensarmos os principais embates e obstáculos que envolvem a execução de um ensino de história

das Áfricas na educação básica, sendo observados a partir da prática do docente ainda em formação. Isto é, compreendendo que estes estagiários que aqui executaram os relatórios analisados, eram professores em formação e que agora ocupam a posição de professores efetivamente. A partir desta perspectiva, foi possível mapear dificuldades, mudanças e também permanências do ensino desta temática, vislumbrando a elaboração e a reformulação de novas estratégias para a aprendizagem da história das Áfricas, tanto no campo da educação básica como no campo do curso de graduação em História. Destaco a importância dos estágios supervisionados, dos cursos de formação continuada de professores e a elaboração de materiais didáticos, projetos de extensão, ensino e pesquisa na Universidade, que tenham como foco os lugares para além das paredes da academia.

Com isso, indico a importância da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado no currículo do curso de História, pois esta proporciona um profícuo diálogo entre os acadêmicos, o espaço universitário, a experiência da prática docente e a realidade do espaço escolar, dentre as suas pluralidades e dificuldades, mas sobretudo, fornecendo a percepção de uma realidade de pensamentos, conhecimentos e representações, que muitas vezes, no espaço acadêmico não são identificadas, mas que passam a ser confrontadas quando há o afastamento da *bolha universitária*.

Nesse interstício, esta pesquisa contribui para os estudos no campo da *História da Educação*, do *Ensino de História* e do campo dos *Estudos Africanos*, no que diz respeito ao ensino da história das Áfricas. Posto isto, ela se torna fundamental ao visibilizar questões complexas que envolvem o ensino desta temática e também por envolver as próprias relações e experiências do nosso cotidiano, como as questões vinculadas à raça que, no tempo presente, necessitam de discussão e abordagem. Em semelhantes termos, esta pesquisa, a partir do aporte teórico selecionado, proporciona aos leitores uma janela de possibilidades de outros lugares de produção de conhecimento, para além da Europa.

Ao longo desse recorte temporal, de 2000 a 2015, destaquei indícios, através das amostragens dos relatórios de cada ano, de um complexo processo que, apesar de obstáculos e dificuldades, permite uma visão positivada, de construção de um ensino de história das Áfricas pautado num olhar descolonizado, antieurocêntrico, policêntrico, dialógico e antirracista (AZEVEDO, 2016). No entanto, como

demonstrou esta pesquisa, ainda estamos sob as estruturas racistas que pairam sobre a nossa sociedade e, com isso, como diz o provérbio Ioruba, *uma árvore sozinha não compõe uma floresta*, portanto, temos ainda, um longo caminho em busca do florescimento desta floresta, constituída por outras práticas, posturas, valores, pensamentos, histórias, olhares, sensibilidades e empatias.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p.5-20, junho, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de set. de 2016.

AMARAL, Tamelusa Ceccato do; RASKE, Karla Leandro. As populações de origem africana em Santa Catarina. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASKE, Karla Leandro. **Formação de professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira**. Florianópolis: DIOESC, 2014, p. 34-53.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2013.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. **Código de Honra: como ocorrem as revoluções morais**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Educação para as Relações Étnico-Raciais e Ensino de História na Educação Básica. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Natal, RN, v. 2, n. esp, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/saberes/index>>. Acesso em: 06 de mar. de 2017.

AZEVEDO, Amailton Magno. Imagens da África: entre a violência discursiva e a produção da memória. **Boletim do Tempo Presente**, nº 06, de 09 de 2013, p.1-10.

_____. Qual África ensinar no Brasil? Tendências e perspectivas. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, pp. 233-255, mai.-ago. 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, mai.- ago. de 2013, p. 89-117.

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: Ki-Zerbo, J. (Coord.) **História Geral da África. I. Metodologia e Pré-História da África**. 2010.

_____. **Amadou**. Amkoullel, o menino fula. São Paulo: Palas/Casa das Áfricas, 2003.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.

BEDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 147-162. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/branquitude-o-lado-oculto-discurso-sobre-o-negro-cida-bento/#ixzz4CaomSvKQ>> Acesso em: 30 de jun. de 2016.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 27 de fev. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC/SECADI, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.

CABRAL, Amílcar. **Return to the Source**. New York: Edited by Africa Information Service, Monthly Review Press, 1973.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860-**

Máira Pires Andrade

1888. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). São Paulo, 2004.

_____. **A Lei 10.639/03:** significados e desafios na luta anti-racista no Brasil. Disponível em:

<http://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2007/11/desafios-da-implantao-da-lei-10639-03.html> Acesso em: 20 de set. de 2016.

Recebido: 20/07/2017

Aprovado: 24/11/2017

A HISTÓRIA DAS ÁFRICAS SOB A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO DO CURSO DE HISTÓRIA DA UDESC (2000-2015)